

Educação de Jovens e Adultos: *políticas, pesquisa e práticas educativas*

 **MARIA HERMÍNIA LAGE FERNANDES LAFFIN***

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC, Brasil.

 **MARINAIDE FREITAS****

Universidade Federal de Alagoas, Maceió- AL, Brasil.

 **SITA MARA LOPES SANT'ANNA*****

Universidade estadual do Rio Grande do Sul, Osório- RS, Brasil.

Em tempos presentes, sobretudo em razão da conjuntura política, econômica, social e cultural brasileira, aponta-se como premente a necessidade de resistências políticas e pela vida. Nesse sentido, como forma de resistir a esta panaceia, apresenta-se o dossiê *Educação de Jovens e Adultos: políticas, pesquisas e práticas educativas*.

Contando com 13 artigos, este artigo explora diferentes debates e problemáticas do campo da Educação de Jovens e Adultos – EJA, trazendo contribuições importantes e inovadoras para tal área. Os artigos estão organizados em três eixos de categorização que os articulam: o primeiro se refere às *políticas públicas*; o segundo ao âmbito das *práticas educativas*, materiais didáticos e da docência na EJA; e o terceiro pela reunião de *pesquisas* do tipo *estado do conhecimento*, ou, *pesquisas sobre as pesquisas*.

Pesquisas sobre as pesquisas é uma categoria “que tem como fim classificar uma série de novos estudos que pretendem refletir sobre a prática da pesquisa educativa. Tais estudos averiguam, dentre outras coisas, que tipo de pesquisa se realiza, que tipos de conteúdos desenvolvem, sua qualidade, sua utilidade etc. (GAMBOA, 2012, p. 28). Ao tomar o campo da EJA como objeto, esse tipo de investigação tem como finalidade mapear as

* Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em EJA – EPEJA/UFSC. *E-mail*: <herminialaffin@gmail.com>.

** Professora da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Pedagogia e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas.. Líder do grupo de pesquisa Multidisciplinar em EJA – MULTIEJA/UFAL e coordenadora do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização – Nepeal /UFAL. *E-mail*: <naide12@hotmail.com>.

*** Mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Coordena o Grupo de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos: docência, formação de professores e processos pedagógicos da EJA. *E-mail*: <sita-santanna@uergs.edu.br>.

principais características, tendências teóricas e vertentes metodológicas empregadas na área; analisando-as de forma crítica, de modo a compreender a própria produção acadêmica, tendo em vista sua natureza crítico-epistemológica.

Para nós, desenvolver e socializar esse tipo de estudo se mostra prática fundamental ao desenvolvimento da EJA; assim como também é a organização de dossiês, como o que aqui se materializa, em que investigações e produções ganham espaço para evidenciar e ampliar significativamente tal campo de pesquisa. Afinal, como nos recorda Zaia Brandão (1992, p. 14), no momento em que a referida área começa a ensaiar uma produção autônoma no campo da pesquisa, situar esses ensaios se torna relevante, bem como sua discussão e a compreensão de suas bases teóricas, epistemológicas e metodológicas.

No conjunto dos artigos aqui veiculados, contamos com pesquisadores/as de universidades do Brasil, Portugal e Espanha. As reflexões de autoria nacional advêm de diferentes estados, representando as quatro regiões do País. Destaca-se ainda, a relevância da participação de estudiosos/as que atuam ou atuaram em escolas da Educação Básica.

No eixo *políticas públicas* conta-se com cinco textos. O primeiro, *Agenda política global: invisibilidade do analfabetismo e desinvestimento na alfabetização de adultos*, de autoria de Carmen Cavaco, tem como objetivo analisar as orientações políticas da UNESCO e da União Europeia nas últimas décadas, na tentativa de compreender sua influência nas políticas públicas de educação de adultos em Portugal. O estudo, de caráter documental, relaciona “a emergência da política educativa global, com consequência na progressiva invisibilidade do analfabetismo e no desinvestimento em políticas públicas de alfabetização de adultos”, situação que se evidencia naquele país.

O segundo artigo, *Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real*, cuja autoria é de Edite Maria da Silva de Faria, Sônia Vieira de Souza Bispo e Elisete Enir Bernardi Garcia, traz elementos de uma pesquisa sobre políticas públicas de EJA no município de Souto Soares, Bahia. O objetivo foi analisar ações para efetivação das políticas públicas de EJA, propondo a implantação da modalidade educativa à gestão pública municipal e problematizando a efetivação das funções da EJA, bem como reafirmando a necessidade de tais políticas, que devem ser produzidas na perspectiva de atender as demandas dos sujeitos jovens adultos e idosos.

Por sua vez, em *O currículo da Educação de Jovens e Adultos e a formação dos sujeitos*, de Tânia Regina Dantas, Ana Paula da Silva Conceição e Roberto Fernandes Sousa, a ideia é problematizar a relação entre o currículo instituído e a legitimação dos conhecimentos que os sujeitos constroem e validam na sua interação com o território em que estão inseridos. Nele, seu/as autor/as debatem concepções críticas e pós-críticas de currículo e de território na EJA, buscando um conjunto de estratégias para que tal currículo possa também constituir-se como espaço de formação a/à educadores/as e educandos/as dessa modalidade.

No artigo de Nara Vieira Ramos, Flávia Covalesky de Souza Rodrigues e Thaianie Bonaldo do Nascimento, *Avaliações em larga escala: influências na juvenilização da Educação de Jovens e Adultos*, são analisadas as relações entre o Sistema de Avaliação da Educação Básica e o processo de juvenilização da EJA. No âmbito das teorias críticas, as autoras debatem o perfil dos sujeitos jovens que frequentam essa modalidade de ensino, articulando tal debate à implementação e realização de exames de larga escala no Brasil e às políticas de avaliação da Educação Básica. Evidenciando, assim, o papel dessas avaliações na condução da exclusão do/a “estudante em defasagem idade-série da educação escolar em tempo regular ao encaminhá-lo para a Educação de Jovens e Adultos, corroborando para a descaracterização da modalidade”, o que não contribui para a melhoria educativa, nem para a garantia do direito à educação dessa parcela dos jovens.

O quinto e último artigo deste eixo, *Como desenvolver uma formação emancipatória? Indústria 4.0, uberização e trabalho digital no pós-pandemia*, escrito por Márcia Castilho de Sales, situa reflexão bibliográfica sobre as mudanças no mundo do trabalho – advindas da pandemia do COVID-19 no ano de 2020 – e o processo de deterioração do sistema capitalista, bem como das intervenções realizadas pelo Mercado para superar a crise. A autora apresenta ainda, princípios estruturantes para a formação profissional, advogando por uma formação emancipadora e necessária à valorização do trabalho sobre o capital. Como conclusão, propõe um debate sobre a categoria *novo trabalhador* e as demandas de trabalho oriundas desse novo cenário.

No segundo eixo, o olhar se volta às *práticas educativas* e pedagógicas, aos materiais didáticos e à docência na EJA. Como é o caso de *Indícios para se pensar a permanência escolar: memórias narradas do Programa de Educação Integrada do Mobral*, artigo de Marinaide Freitas, Andressa Marques Torres e Jailson Costa da Silva, que tem como objetivo identificar e compreender como os sertanejos de Alagoas se apropriaram das ações de continuidade da escolarização implementadas pelo Programa de Educação Integrada – PEI, pertencente ao Mobral (1967-1985), na época da ditadura civil-militar. Tendo como sustentação a história oral, a/os autora/es evidenciaram que as narrativas apontaram que a permanência dos sujeitos na escola, após a conclusão do PEI, deu-se por intermédio de ações individuais, cujos esforços por uma vida melhor marcaram os percursos dos interlocutores.

Já em *Materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva Freireana*, escrito por Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Isabell Theresa Tavares Neri e Priscila Costa Soares Leite, o que se aborda é o processo de construção metodológica de materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos, com base em uma pesquisa-ação realizada em um ambiente hospitalar, envolvendo educadoras do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire, da Universidade do Estado do Pará, em uma turma de mulheres da EJA. Teoricamente, as autoras defendem como prática pedagógica à construção metodológica dos materiais didáticos, a educação popular de Paulo Freire, que tem como ponto de partida as experiências de vida e cultural dos/as educandos/as.

Em *Artefatos político-pedagógicos de combate à desigualdade de gênero e sexualidade nos processos educativos*, o oitavo texto deste dossiê, Samira de Moraes Maia Vigano e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin analisam um conjunto de artefatos político-pedagógicos, de orientações e de legislações, produzidos no contexto de lutas dos movimentos sociais dos espaços educativos e de suas efetivações nas esferas governamentais, que corroboram ao combate à desigualdade de gênero e sexualidade. Ao problematizar as desigualdades vividas por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, as autoras concluem que tais artefatos constituem-se como apoio ao reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade, e da construção de práticas democráticas, bem como de fundamentos importantes à formação docente.

O último texto do segundo eixo, *A docência nos dizeres de professoras da Educação de Jovens e Adultos*, cujas autoras são Catiana Gafforelli e Sita Mara Lopes Sant'Anna, é uma pesquisa qualitativa em educação que objetivou investigar as concepções de docência que se fazem presentes nos dizeres de professoras da EJA, atuantes na rede estadual de educação de Osório, no Rio Grande do Sul. Através das entrevistas realizadas, as autoras perceberam a predominância de concepções reduzidas de docência dentre os/as professoras, geralmente relacionadas ao ensino, destacando a necessidade de processos continuados de formação docente que considerem as vozes, saberes e demandas dos/as professoras da EJA.

O terceiro eixo contém quatro investigações do tipo do *estado do conhecimento* ou de *pesquisas sobre as pesquisas*. *A formação docente nos projetos de intervenção do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos*, elaborado por Graça dos Santos Costa, Patrícia Lessa Santos Costa, Ana Célia Dantas Tanure e Maria da Conceição Cédro Vilas Bôas de Oliveira, reflete sobre a formação de professoras a partir da análise dos projetos de intervenção elaborados pelos/as mestrandos/as MPEJA da UNEB, atentando às suas possibilidades formativas para a educação continuada no campo da EJA, sobretudo devido a diversidade dos projetos que abordam.

Em *O currículo na Educação de Jovens e Adultos: um estado do conhecimento nos periódicos da Educação*, por sua vez, Joaquim Luís Medeiros Alcoforado e Anderson Carlos Santos de Abreu apresentam um estudo acerca do currículo na EJA, a partir do levantamento de artigos no Portal de Periódicos CAPES. Para os autores, o currículo deve ser visto como objeto central, visto que ele é um sistema de relações sociais que define não somente os conteúdos a serem ensinados, mas um complexo de conhecimentos que definem concepções de sujeito, escola e aprendizagem. Como resultados, evidenciou-se que o currículo pode ser uma das formas de garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes, bem como uma das razões de sua exclusão.

Adriana Regina Sanceverino e Rodimar Garbin são os autores de *Vínculos entre cidadania e Educação de Jovens e Adultos: um olhar a partir das pesquisas em Educação*, artigo no qual buscam identificar os estudos existentes sobre a cidadania na EJA, através de busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e na Biblioteca da Associação Nacional de

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Através da investigação, percebeu-se que a categoria cidadania se encontra dispersa no conjunto dos trabalhos, embora a maioria não possua formulação mais detida sobre o tema, tratando a cidadania de forma aligeirada ou fazendo menção ao termo apenas brevemente.

O último artigo do dossiê, *Pesquisas sobre o PROEJA produzidas em Santa Catarina*, escrito por Andréa Isensee Lopes e Sandra Antonini Agne, apresenta estado do conhecimento acerca do emprego do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, como objeto de pesquisa das teses e dissertações elaborados nas instituições de ensino superior catarinenses. Além de debaterem a política do PROEJA, as autoras localizam avanços, mas, também revelam que essas políticas ainda estão aquém do desejável para uma “universalização do direito à educação”.

Destaca-se a riqueza teórico-metodológica do conjunto dos artigos e o seu potencial político na socialização das investigações em diferentes espaços e debates no campo da Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade da Educação Básica, e um campo de conhecimento.

A publicação deste dossiê em 2021, ano no qual a vida das pessoas, a democracia e a ciência têm sido cotidianamente ameaçadas, destaca a importância do emprego das reflexões de Paulo Freire para nossa compreensão de mundo e sociedade e, portanto, para a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Afinal. Afinal, Freire (2001, p. 100) ressalta a necessidade do ato de conscientização, o qual compreende um método, um caminho, que se constitui em atos direcionados com determinadas intencionalidades. De modo que,

a conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? [...] O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 2001, p. 33).

Nesse sentido, o dossiê a seguir traz em suas análises indicativos para ações comprometidas socialmente com processos emancipatórios e que podem contribuir para desvelar a mitologização e a realidade aparente por meio de processo de conscientização.

Referências:

BRANDÃO, Zaia. *Universidade e educação*. São Paulo: Papirus, 1992.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2012.